

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.179 - RS (2019/0296348-2)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**IMPETRANTE : CRISTIANO ZANIN MARTINS E OUTROS**  
**ADVOGADOS : MARIA DE LOURDES LOPES - SP077513**  
**VALESKA TEIXEIRA ZANIN MARTINS - SP153720**  
**CRISTIANO ZANIN MARTINS - SP172730**  
**GUILHERME QUEIROZ GONCALVES - DF037961**  
**VINICIUS DAMASCENO GAMBETTA DE ALMEIDA - SP401492**  
**GABRIEL APARECIDO MOREIRA DA SILVA - SP359876**  
**LUCAS DOTTO BORGES - SP386685**  
**LOUISE DE ARAUJO - SP388891**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**PACIENTE : LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PRESO)**

## DECISÃO

**01.** Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**, onde se sustenta eventual constrangimento imposto pela 8ª Turma do e. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, consubstanciado na negativa de provimento, por unanimidade, aos agravos regimentais nos Habeas Corpus nº 5029588-51.2019.4.04.00002 e 5029586-81.2019.4.04.00003.

Argumenta, em síntese, que se justifica o manejo do presente instrumento processual, frente à necessidade de se reconhecer a suspeição do Delegado de Polícia Federal, Dr. FILIPE HILLE PACE, para presidir as investigações entabuladas no bojo dos Inquéritos Policiais nº 5004046-22.2015.4.04.7000, 5054008-14.2015.4.04.7000, 5026548-52.2015.4.04.7000 e 5008047-16.2016.4.04.7000, todos em trâmite perante a Superintendência da Polícia Federal de Curitiba (PR), eis que afronta os princípios da legalidade e impessoalidade, frente às posições antagônicas “*em ação judicial que discute o mesmo tema objeto das investigações*” (fls. 07).

Pontua que embora o **writ** se insurjae contra duas decisões proferidas em processos distintos (Agravos Regimentais nos Habeas Corpus nº

# *Superior Tribunal de Justiça*

5029588-51.2019.4.04.0000 e 5029586-81.2019.4.04.0000), ambas possuem literalmente o mesmo conteúdo, eis que são emanadas do Juízo da 8ª Turma do e. Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Autoridade Coatora) e de possuírem fundamentação denegatória idêntica, sem nenhuma distinção, além de conter a mesma causa de pedir.

Assevera, nesse compasso, que:

*“Desde meados de 2015, tramitam sob a supervisão da 13ª Vara Federal de Curitiba 03 (três) Inquéritos Policiais instaurados, em apertada síntese, para apurar os supostos fatos criminosos abaixo discriminados:*

*i) Inquérito Policial nº 5004046-22.2015.4.04.7000 (IPL nº 204/15): "apura a possível ocorrência dos delitos previstos nos artigos 312 do Código Penal, 1º da Lei 9.613/98 e 4º da Lei 8.137/90 (alteração dada pela Lei 12.529/11), tendo em vista possível envolvimento da empresa Schahin Engenharia S/A em esquema organizado de cartelização, desvio e/ou apropriação de recursos públicos relacionados à Petrobrás";*

*ii) Inquérito Policial nº 5026548-52.2015.4.04.7000 (IPL nº 1365/15): "apura a possível ocorrência dos delitos previstos nos artigos 4º, I e II, b, da Lei 8137/90 e artigos 317 e 333 do CP, tendo em vista possível fraude no processo de contratação da construção da USINA HIDRELÉTIRCA DE BELO MONTE (...)"*;

*iii) Inquérito Policial nº 5054008-14.2015.4.04.7000 (IPL nº 2255/15): versa acerca da "possível ocorrência do delito previsto no art. 1º da Lei nº 9.613/98), sem prejuízo de outros conexos, diante dos indícios de lavagem de dinheiro contidos nas movimentações suspeitas apontadas no Relatório de Análise Judiciária nº 558, do Grupo de Trabalho LA VAJA TO/DRCOR/SR/DPF/PR, sobre a empresa PROJETO - CONSULTORIA EMPRESARIAL E FINANCEIRA LTDA, seus sócios e relacionados, entre eles as empresas do Grupo Unipar já investigadas por meio do IPL 599/2014-SR/DPF/PR pelo qual seus responsáveis foram indiciados, juntamente com ALBERTO YOUSSEF e PAULO ROBERTO COSTA, em razão de desvios de verbas de contratos da PETROBRAS S/A".*

*Além dos inquéritos policiais acima referidos, no dia 26.02.2016 foi instaurado o Inquérito Policial nº 5008047-16.2016.4.04.7000, sob a supervisão da 23ª Vara Federal de Curitiba, para apurar a suposta ocorrência dos crimes de violação de sigilo funcional e embaraço a investigação envolvendo organização criminosa. A hipótese da investigação seria o vazamento, a funcionários do Instituto Lula, de medidas cautelares que foram decretadas em desfavor do Paciente, seus familiares e pessoas a ele associadas, nos autos nº 5005896-77.2016.404.7000, em trâmite perante a 13ª Vara Federal de Curitiba" (fls. 13/14).*

Aduz, nesses moldes, que: **1)** é cabível a utilização da ação de

habeas corpus, como salvaguarda da liberdade do réu, para correção de flagrante ilegalidade em qualquer fase da persecução penal; **2)** o Código de Processo Penal não prevê nenhum instrumento apto a impugnar a imparcialidade daquele que preside o inquérito, pelo que deve ser admitido o habeas corpus; **3)** a autoridade policial é suspeita na condução do processo porque praticou atos em violação ao devido processo legal, como indeferimento à integralidade de provas e convocação para que o paciente prestado esclarecimento a respeito de vários fatos independentes entre si; **4)** a autoridade policial e o paciente são litigantes em polos antagônicos de uma demanda de reparação de danos proposta pelo paciente, na qual é apurada a responsabilidade civil da autoridade policial pela indevida inclusão do nome do paciente como indiciado no relatório final da investigação; **5)** em face de tal ação indenizatória, não é razoável que delegado permaneça conduzindo o inquérito policial; **6)** o Estado deve exercer a sua função em estrita observância ao princípio da impessoalidade; **7)** a exceção de suspeição pode ser oposta em face de diversos atores processuais, não sendo lógico que a autoridade policial deva se dar por suspeita, mas que não seja possível ao investigado arguir a sua suspeição; **8)** assim, há equívoco legislativo na vedação contida no artigo 107 do Código de Processo Penal, motivo pelo qual considerado, **incidenter tantum**, como revogado, porque incompatível com a Constituição Federal; **9)** afastada a previsão do art. 107 do Código de Processo Penal, deveria a autoridade policial ser afastada da condução do inquérito policial, segundo analogia com o art. 254, III do CPP.

Requer, por fim, a concessão de medida liminar para determinar a suspensão do itinerário dos Inquéritos Policiais nºs 5026548-52.2015.4.04.7000, 5004046-22.2015.4.04.7000, 5054008-14.2015.4.04.7000 e 5008047-16.2016.4.04.7000 com relação aos fatos versados em detrimento do Paciente, até o julgamento final do mérito do presente **writ**.

**É o relatório. Decido.**

**02.** Compulsando detidamente os elementos de convicção

# Superior Tribunal de Justiça

acostados ao feito, a aventada suspeição da Autoridade Policial teria sido negada pelo Magistrado na origem, por ausência de previsão legal, restando-se consignado pelo e. Tribunal de origem que:

*“Nessa perspectiva, cabe anotar que a tese vertida na inicial da impetração vem calcada no suposto comprometimento da imparcialidade da autoridade policial, porque o paciente teria ajuizado ação de reparação de danos em virtude da menção ao seu nome no relatório do inquérito na condição de indiciado.*

*Carece de razoabilidade, portanto, a seletividade apenas daquelas normas que são mais favoráveis à defesa, em detrimento de outras complementares. Defende o impetrante que a atuação da autoridade está contaminada em face de demanda cível contra ele proposta, à luz do que estabelece o art. 254, III do CPP.*

*Em complemento, aplicando-se as causas de suspeição também à autoridade policial, não se pode desconsiderar que o art. 256 fixa que 'a suspeição não poderá ser declarada nem reconhecida, quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la'.*

*Dessa forma, não se reconhece a suspeição quando o próprio excipiente lhe dá causa. Significa dizer que a ação cível ajuizada pelo excipiente contra o excepto não tem o condão de afastá-lo de seu mister” (fls. 48/50).*

Nesse compasso, nos limites da cognição **in limine**, ausentes os indícios para a configuração dos pressupostos necessários, **a quaestio** deverá ser apreciada pelo Colegiado, após uma verificação mais detalhada dos dados colacionados ao procedimento.

Por estes motivos, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se informações atualizadas e pormenorizadas à Autoridade tida por coatora, **solicitando informações, inclusive, sobre as razões que motivaram o alegado segredo de justiça**, bem como à Vara de origem (13ª Vara Federal de Curitiba).

Após, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

P. e I.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator

